



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Registro: 2025.0000074086**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1024984-93.2021.8.26.0196/50000, da Comarca de Franca, em que é embargante BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, é embargado ADAUTO MARCELO VELOSO (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 15ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "**Rejeitaram os embargos de declaração. V. U.**", de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ACHILE ALESINA (Presidente sem voto), RODOLFO PELLIZARI E CARLOS ORTIZ GOMES.

São Paulo, 31 de janeiro de 2025.

**ELÓI ESTEVÃO TROLY**  
**Relator**  
Assinatura Eletrônica

**15ª Câmara de Direito Privado**

**Embargos de Declaração Cível nº 1024984-93.2021.8.26.0196/50000**

**Embargante: Banco Santander (Brasil) S/A**

**Embargado: Adauto Marcelo Veloso**

**Comarca: Franca**

**Juiz(a): Túlio Marcos Faustino Dias Brandão**

**Voto nº 20.399.**

**Embargos de declaração do apelante.** Acórdão que negou provimento ao recurso de apelação. Omissão. Inocorrência. Pretensão infringente. **Embargos rejeitados.**

Trata-se de tempestivos embargos de declaração opostos pela parte ré apelante contra acórdão de fls. 488/492, sob alegação de vício de omissão.

Sustenta, em síntese, que: (a) liberou a quantia do mútuo tomado em conta do autor, que foi refinanciado, de forma que o embargado recebeu valores em duas oportunidades e, por consequência, tinha plena consciência da contratação; (b) o entendimento em sentido contrário implica no enriquecimento ilícito da parte.

Dispensa-se a resposta aos embargos de declaração, conforme disposto no artigo 1.023, § 2º do Código de Processo Civil, porque esta decisão não modificará a decisão embargada.

Os autos principais foram julgados de forma virtual.

**É o relatório.**

**1.** Os embargos de declaração devem ser rejeitados porque o acórdão contém apreciação de todas as questões suscitadas e pertinentes, de modo que não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material, nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil.

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Foi bem considerado no acórdão o valor do mútuo liberado em conta do autor, mas, não obstante, desconsiderou a embargante as circunstâncias que levaram a declaração da nulidade do negócio jurídico, isto é: a incapacidade do embargado, interditado desde 07.10.2014, que não pode praticar ato sem conhecimento de sua curadora, nos termos do artigo 104 do Código Civil.

A ré, ora embargante, não tomou as cautelas necessárias no ato da contratação e, por isso, amargará prejuízo, conforme a dicção do art. 181, do Código Civil, inexistente prova nos autos de que o valor do mútuo depositado em conta favoreceu de forma direta e efetiva o embargado – tudo debatido no v. Acórdão.

Não há vício, portanto, no julgado.

2. Por fim, destaca-se que a eventual oposição de embargos de declaração protelatórios pode motivar condenação do embargante ao pagamento de multa sobre o valor atualizado da causa, do que ele não se isenta mesmo se for beneficiário da gratuidade da justiça, nos termos do artigo 1.026, § 2º do Código de Processo Civil.

E, para interposição de recursos aos Tribunais Superiores, o que se prequestiona é a matéria e não o preceito legal ou constitucional, conforme já decidiu o Superior Tribunal de Justiça: "*A nulidade do julgamento por omissão tem por pressuposto a necessidade de a Câmara pronunciar-se sobre o ponto. Se a fundamentação da conclusão a que chegou independe do enfrentamento dos dispositivos legais citados pela parte, inexistente omissão sanável através de embargos de declaração*" (REsp nº 88.365/SP, 4ª T., rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, j. em 14.5.1996).

**Ante o exposto, rejeitam-se os embargos de declaração.**

**ELÓI ESTEVÃO TROLY**  
**Relator**